

# Emenda do PCB reduzirá candidatos

A emenda do deputado Augusto Carvalho(PCB), que prevê eleições diretas para governador e deputados distritais em 15 de novembro deste ano, se aprovada pelo plenário da Constituinte, reduzirá o número de candidatos que disputarão o pleito no Distrito Federal. Isso porque a Constituinte já aprovou eleições diretas em Brasília coincidentes com o pleito para governadores dos demais Estados do País, em 1990, o que dá um mandato tampão de dois anos para o primeiro governador e os 24 componentes da Câmara Legislativa.

Embora os partidos no DF estejam trabalhando pela aprovação da emenda, os favoritos à disputa do cargo de governador — apontados em pesquisa de opinião pública no ano passado — o deputado Valmir Campelo (PFL) e o senador Maurício Corrêa (PDT), já revelaram que não entrarão na luta pelos dois anos de mandato. A razão levantada pelos parlamentares é a mesma alegada pelos outros candidatos: as eleições repetidas trazem um grande desgaste físico e financeiro; dois anos é tempo insuficiente para a gestão de um governo; seria necessária a efetivação da reforma tributária para o governo do DF ter independência frente à União.

## Participação

O único candidato já lançado que assume a disputa pelos dois anos de mandato é o professor

Lauro Campos, do PT, para quem dois anos serão suficientes para realizar um governo cuja característica será a participação popular na tomada de decisões. O governo do PT, segundo seu presidente Orlando Cariello, não seria voltado para a realização de "monumentos" e obras "desnecessárias", mas procuraria atingir as necessidades básicas da população — saúde, habitação, transporte, educação — sem programas "pretenciosos". "Para isto dois anos serão mais do que suficientes", disse Cariello, ressaltando que "gasta dinheiro com campanha quem tem".

O programa de governo do PT vem sendo elaborado desde o início do ano e em junho já deve estar concluído.

Outro partido que também vem elaborando um programa de governo é o PCB, só que o objetivo de seu projeto não é lançar uma candidatura ao pleito, mas iniciar a negociação entre os partidos de esquerda para a formação de uma "coligação democrática".

A idéia da coligação de esquerda é defendida pelo PCB como a chance "única" de os partidos classificados como progressistas assumirem o governo. Esta tese é encampada pelo PC do B, PDT, alguns setores do PMDB, o PSB e o PV. O candidato desta coligação ainda não foi definido, mas um nome cotado é o do deputado Augusto Carvalho(PCB). O

programa de governo do PCB está sendo elaborado pelo Instituto Astrogildo Pereira e deverá estar concluído em junho. A partir daí será analisado pelas demais agremiações interessadas.

## Moderados

Os moderados também pensam na possibilidade de uma coligação para lançar um candidato único ao pleito. O PFL, por exemplo, com a negativa do deputado Valmir Campelo em disputar uma eleição por dois anos de mandato, fica sem um nome forte e terá de escolher entre seus três secretários no Governo do Distrito Federal (GDF) um substituto para o parlamentar. A ala moderada do PMDB, liderada pelo ex-deputado Múcio Athayde, tende a lançar seu nome, enquanto a ala governista pode escolher entre os deputados Francisco Carneiro, Márica Kubistchek e Geraldo Campos, além do Chefê do Gabinete Civil, Guy de Almeida. Os cacifes eleitorais destas personalidades, entretanto, ficam abaixo dos de Valmir Campelo ou Maurício Corrêa.

Já se declararam favoráveis à coligação dos moderados, devido a esse contexto, o PL, o PFL, a ala moderada do PMDB, o PSC, o PDC e o PDS. Destes partidos, o PL é o único que vem elaborando um programa mínimo de governo, também com o objetivo de aproveitar que os candidatos favoritos não disputarão o mandato-tampão.